

## 20 METAS DO CNJ PARA O FORO EXTRAJUDICIAL EM 2018

A Corregedoria Nacional de Justiça, em 7.12.2017, promoveu o "I Encontro de Corregedores do Serviço Extrajudicial", que resultou na elaboração de vinte metas e desafios para o ano de 2018, assim resumidas:

- 1 - Criar equipe de servidores responsável pelos assuntos dos serviços extrajudiciais (PP 0009806-93.2017 - CNJ)
- 2 - Implantar ciclo de correições ordinárias anuais (PP 0009809-65.2017 - CNJ)
- 3 - Realizar fiscalização contábil, financeira, trabalhista e tributária (PP 0009814-70.2017 - CNJ)
- 4 - Implementar fiscalização efetiva de informações ao SIRC (PP 0009818-10.2017 - CNJ)
- 5 - Realizar fiscalização efetiva nos serviços prestados pelos delegatários e pelas centrais de forma eletrônica (PP 0009820-77.2017 - CNJ)
- 6 - Fiscalizar a alimentação do sistema Justiça Aberta (PP 0009822-47.2017 - CNJ)
- 7 - Desenvolver selo digital com a funcionalidade QR CODE para todos os atos (PP 0009826-84.2017- CNJ)
- 8 - Disponibilizar página no site do tribunal com todas as informações sobre o serviço extrajudicial (PP 0009805-11.2017 - CNJ)
- 9 - Entabular com a ouvidoria do tribunal o detalhamento das reclamações sobre os serviços (PP 0009809-15.2017 - CNJ)
- 10 - Entabular com as associações e órgãos públicos convênios e cooperações técnicas para fomentar atividades aos ofícios de cidadania (RCPN)-(PP 0009812-03.2017)
- 11 - Realizar estudos para reestruturação dos serviços para criação, anexação, desanexação e extinção de unidades (PP 0009816-40.2017)

- 12 - Realizar concurso público para provimento e remoção dos serviços vagos há mais de seis meses (PP 0009819-92.2017)
- 13 - Exigir o cumprimento do teto remuneratório pelos interinos (PP 0009823-32.2017)
- 14 - Intervir judicialmente nas demandas que afrontam o teto remuneratório dos interinos (PP 0009825-02.2017 - CNJ)
- 15 - Realizar levantamento detalhado da existência de nepotismo na nomeação de interinos (PP 0009813-85.2017)
- 16 - Determinar e fiscalizar o cumprimento do art. 236, §3º, da CF/88 (saneamento de unidades que estejam com delegatários em afronta ao princípio do concurso público)- (PP 0009824-17.2017 CNJ)
- 17 - Determinar e fiscalizar o cumprimento da CF e da Lei nº 6.015/73 para que sejam declarados nulos e ineficazes os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio ou a posse de terras indígenas (PP 0009827-69.2017 - CNJ)
- 18 - Determinar e fiscalizar para que sejam cancelados os registros e matrículas de imóveis rurais nos termos da Lei nº 6.739/73 (PP 0009829-39.2017 - CNJ)
- 19 - Determinar e fiscalizar o cumprimento da Lei nº 6.015/73 para encerrar as transcrições com a consequente abertura de matrícula de imóveis (PP 0009830-24.2017)
- 20 - Regulamentar e encaminhar proposta de lei à Assembleia Legislativa que trate das eleições, remuneração e atuação de juiz de paz (PP 0009831-09.2017 - CNJ)